SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

03/03/2015 - Telesíntese

Algar Telecom fecha 2014 com lucro de R$ 141,8 milhões

O destaque do ano de 2014 foi o crescimento de 28% na receita de voz móvel, 20% em TV, e 14% na de soluções de Telecom a clientes corporativos.

A Algar Telecom, empresa de telecomunicações e TI do grupo Algar, registrou receita líquida de R$ 2,2 bilhões no ano de 2014. O resultado é 17,7% maior que o apontado em 2013. O EBITDA consolidado atingiu R$ 543 milhões, com um aumento de 2pp na margem EBITDA do negócio Telecom.

Os destaques do ano de 2014 foram o crescimento de 28% na receita de voz móvel, 20% em TV, 14% na de soluções de Telecom a clientes corporativos, evolução de 45% nas receitas de Soluções Integradas de TIC e BPO, o crescimento da base de banda larga fixa da companhia, além do início de operações voltadas ao mercado corporativo em mais 24 localidades, o que reforça a expansão neste mercado.

Neste período, a Algar Telecom obteve lucro líquido consolidado de R$ 141,8 milhões, um acréscimo de 2,9% em relação ao ano anterior. Ao final de 2014, a Algar Telecom apresentava mais de 3,0 milhões de Unidades Geradoras de Receitas (URG) em seu negócio Telecom, um acréscimo de 12,1% em relação a 2013.

Em 2014, foram investidos R$ 571,7 milhões para propiciar o crescimento do ano, a aquisição da empresa Asyst. Do total de investimentos, 57% foram direcionados para a expansão de redes e o consequente crescimento dos serviços de dados, voz e TV e 6% para a expansão orgânica do negócio Soluções Integradas de TIC e BPO. A manutenção da operação e a garantia da qualidade dos serviços recebeu 20% dos recursos e, por fim, os outros 17% foram dirwecionados para a aquisição da empresa Asyst, no negócio de TI.

Em setembro de 2014, a Algar Telecom adquiriu o Lote 5 da faixa de frequência de 700 MHz no leilão realizado pela Anatel, o qual contempla os 87 municípios já atendidos pela companhia nos Estados de MG, SP, GO e MS. A aquisição da licença permitirá lançamentos de produtos e serviços da tecnologia 4G. Além disto, a empresa assinou um contrato, junto a três outras empresas, para a construção de um novo cabo submarino de fibra óptica que conectará o Brasil aos Estados Unidos, de Santos (SP), passando por Fortaleza (CE) até a cidade de Boca Raton (Flórida, EUA). O rating da companhia "brAA-" foi reafirmado pela Standard & Poor's.

"Os resultados de 2015 refletem a nossa capacidade de execução da estratégia aprovada em nosso plano de longo prazo. Expandimos a geografia para atendimento ao segmento B2B, investimos nas geografias existentes para melhoria da qualidade e relacionamento e aumentamos a eficiência operacional da companhia. Tudo isto, nos torna mais sólidos e preparados para o futuro", afirma o diretor presidente da Algar Telecom, Divino Sebastião de Souza. (assessoria de imprensa).

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

03/03/2015 - Teletime

Para FCC, Internet precisa ter um árbitro

"Não é concebível que, com a importância que a Internet tem em nossa sociedade, ela funcione sem um árbitro". Foi assim que Tom Wheeler, presidente da FCC, definiu o movimento adotado pelo órgão regulador norte-americano em relação ao enquadramento da Internet.

Wheller participou nesta terça, 3, do Mobile World Congress, que acontece esta semana em Barcelona. E procurou explicar para a plateia de operadores de telecomunicações (muitos dos quais contrários às regras votadas pela FCC para a questão da neutralidade de rede) os princípios que nortearam a decisão do órgão regulador norte-americana de enquadrar a Internet como um serviço de telecomunicações sob o chamado Title II. Além da participação de Wheeler, diga-se de passagem, a FCC fez até panfletagem, literalmente, com um resumo das propostas votadas. Os panfletos foram entregues durante as sessões ministeriais, fechadas a reguladores e operadores, sem a participação do público em geral.

Segundo Wheeler, que foi presidente da principal associação de operadoras móveis dos EUA, a CTIA, nos anos 90, o modelo seguido foi exatamente o mesmo daquele adotado pela FCC com relação aos serviços móveis na década de 90. Ou seja, uma enquadramento em um modelo rígido (o Title II), mas com uma regulação, segundo ele, leve. "Nós simplesmente colocamos as balizas. São princípios muito claros que devem ser seguidos. E todo o resto será analisado caso a caso à luz desses princípios", disse Tom Wheeler. Os princípios são os da proibição de de bloqueio, interferência no desempenho ou a priorização paga. Segundo ele, não há uma "regulação de Internet". "Ao contrário, nós não vamos regular. Não vamos controlar tarifas, não vamos impor o unbundling, não vamos mexer em taxas de interconexão e não vamos regular aspectos técnicos", disse.

Ele deu como exemplo a regulação dos serviços móveis, enquadrados como Title II desde 1993. "O Title II é um enquadramento que tem 48 sessões. Nos serviços móveis, nós não usamos 19 dessas sessões. No caso da Internet, nós vamos deixar de usar 27. Ou seja, será um modelo regulatório mais leve do que o dos serviços móveis, que é um exemplo de sucesso".

Wheeler afirmou que a agência tem uma preocupação fundamental com manter a Internet aberta, com a competição e com a viabilidade dos investimentos. "No dia seguinte à aplicação dessas regras, nada vai mudar, porque desenhamos um modelo que não interfere naquilo que hoje está dando certo", diz o presidente da FCC.

Leilão de espectro

Wheeler se disse surpreso com o sucesso do leilão de espectro realizado em janeiro nos EUA e que arrecadou mais de US$ 45 bilhões. "Essa é uma prova de confiança nos investimentos, mas se olharmos os benefícoos, o custo por MHz, foi mais barato para as empresas do que leilões anteriores". Ele disse que no primeiro trimestre de 2016 devem acontecer os primeiros leilões incentivados de espectro hoje nas mãos dos radioifusores. "Acho que depois desses últimos leilões, vamos ter muito interesse dos radiodifusores em leiloar o espectro que hoje eles estão ocupando ".

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

03/03/2015 - Telesíntese

Venda da PT dá fôlego à Oi, diz Berzoini

Segundo o ministro, que nega conhecer negociações por consolidação, caixa dá margem para concessionária "ter uma estratégia de ajustamento".

O ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, afirmou hoje que a venda da PT Portugal pela Oi dá espaço para a companhia se reconstruir. "A Oi fez um movimento que dá horizonte a ponto de vista de liquidez, e espaço para construir a solidez", disse à imprensa durante o Mobile World Congress 2015, em Barcelona*. Segundo ele, o fato de a concessionária ter o dinheiro em caixa "permite [à empresa] ter uma estratégia de ajustamento".

Ele preferiu não entrar em detalhes sobre um eventual fatiamento da TIM ou fusão com a Oi. Garantiu que observa os movimentos, mas sem interferir. "O governo acompanhará qualquer debate que será feito em termos de consolidação, mas não vai direcionar", disse. E ressaltou que, havendo ou não consolidação, o "importante é que todas as empresas continuem operando". O ministro disse ainda que a TIM negou a ele "taxativamente" existirem negociações atualmente.

03/03/2015 - Portal Vermelho

Mais de três mil residências do Minha Casa Minha Vida são entregues

A Caixa entregou um total de 3,2 mil residências do Programa Minha Casa Minha Vida em fevereiro. Com investimento de R$ 181 milhões, as moradias beneficiaram mais de 12 mil pessoas nos estados de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Paraná e Pará.

A maior entrega de casas do mês ocorreu em Feira de Santana (BA), no dia 25, e contou com a presença da presidenta Dilma Rousseff: foram 920 unidades nos Residenciais Solar da Princesa III e IV.

Os empreendimentos, destinados às famílias com renda de até R$ 1,6 mil (Faixa I), receberam investimentos totais de R$ 52,4 milhões, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

Cumprindo as exigências de qualidade do Minha Casa Minha Vida, os empreendimentos têm infraestrutura completa, incluindo ruas pavimentadas, redes de água e esgoto, drenagem, energia elétrica, parque infantil, quadra poliesportiva e acesso ao transporte público.

O programa Minha Casa Minha Vida vai beneficiar mais de 25 milhões de brasileiros até 2018, segundo projeção do Ministério das Cidades. O número leva em consideração a terceira fase do programa, a ser lançada em março, que terá como meta a construção de mais três milhões de moradias.

Minha Casa Minha Vida contempla 12 mil famílias com casa própria no segundo mês de 2015.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

03/03/2015 - CUT

CUT lança dossiê da terceirização com coletiva nesta terça (3)

Documento mostra que modelo de contratação é sinônimo de desrespeito aos direitos trabalhistas

Manifestações por todo o país barraram o PL 4330, em 2012. Agora, projeto pode voltar à pauta

O cenário de calote das empresas, salários baixos e exposição a mortes e acidentes em decorrência da falta de condições para trabalhar é bem conhecido pelos terceirizados. Mas pouco percebido pela maior parte da população, já que o assunto não costuma ser tema dos grandes meios de comunicação, esses também abarrotados de profissionais que atuam como pessoas jurídicas.

Nesta terça-feira (3), em Brasília, às 15 horas, com o lançamento do dossiê "Terceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha", a CUT apresentará números que comprovam: terceirização é sinônimo de rebaixamento dos direitos trabalhistas.

A atividade acontece no Salão Nobre da Câmara dos Deputados. A seguir, a direção da Central realizará uma coletiva de imprensa.

O dossiê elaborado pela CUT em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) é uma atualização dos dados divulgados em 2011 por conta de uma audiência pública realizada naquele ano no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Naquela ocasião, o órgão era pressionado para rever a Súmula 331 que estabelece regras para a terceirização e impede, por exemplo, a empresa de adotar esse modelo de contratação na atividade-fim, a principal da empresa.

O material ganha ainda mais relevância após o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), afirmar que o Projeto de Lei (PL) 4330/2004 será votado em abril. Na mesma linha, a bancada do PSDB pediu o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado (PLS) 87/2010.

O primeiro tem como autor o empresário e ex-deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO) e o PLS 87 é de autoria do ex-senador e réu do mensalão mineiro Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Ambos defendem a abertura para a terceirização em todas as atividades da empresa e, com isso, a possibilidade, inclusive, de demitir os trabalhadores de seus atuais empregos para recontratá-los por empresas terceirizadas com salários e direitos menores, além de jornadas maiores.

Para a secretária de Relações do Trabalho da CUT, Maria das Graças Costa, o dossiê aponta o aprofundamento das desigualdades entre trabalhadores efetivos e terceirizados em todos os ramos.

"Em algumas categorias temos a demonstração muito clara de quanto vale um trabalhador efetivo e um terceirizado, como no caso dos bancários, em que os segundos ganham 30% do valor da alimentação dos primeiros. Há dados sobre saúde e mortes que os próprios terceirizados desconhecem", apontou.

O Brasil possui 12,7 milhões de terceirizados assalariados, o equivalente a 26,8% do mercado formal de trabalho. Mas, certamente o número é bem maior, já que boa parte dos terceiros atua de maneira informal.

Batalha também no STF

Graça afirma ainda que o Fórum em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, do qual a CUT faz parte, prepara uma audiência pública sobre a repercussão geral declarada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ao processo da empresa Cenibra (Celulose Nipo Brasileira). A companhia foi condenada a pagar R$ 2 milhões em uma ação civil pública do Ministério do Trabalho, em 2006, por terceirizar toda a cadeia produtiva.

Com a decisão do STF, não é mais a questão específica da companhia que está em julgamento, mas sim se a terceirização da atividade-fim será permitida no país. Decisão que passará a referendar os demais julgamentos sobre o tema.

Entrevista coletiva e lançamento do Dossiê Terceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha

A partir das 15h, na Câmara dos Deputados

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

03/03/2015 - CUT

Dia Nacional de Luta em defesa da Caixa 100% pública

Mobilização amplia movimento contra proposta de abertura do capital social da instituição

O Dia Nacional de Luta em defesa da Caixa 100% pública, promovido pela Contraf-CUT, federações, sindicatos e Fenae, realizado nesta sexta-feira (27), reforçou o movimento dos bancários para ganhar o apoio da sociedade contra a proposta de abertura do capital social da instituição.

Houve envolvimento do conjunto das entidades sindicais e associativas e dos empregados, com a realização de reuniões nos locais de trabalho, manifestações, protestos, abraços simbólicos, retardamento na abertura de unidades e distribuição de carta aberta aos clientes.

Os empregados também postaram fotos nas redes sociais segurando o cartaz com a frase "Eu defendo a Caixa 100% pública". Muitas imagens foram postadas com a hashtag #acaixaédopovo

O presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro, avalia que foi dado um passo importante, mas muitos outros ainda precisam ser dados. Ele salienta que "esse não é um debate corporativo, mas de dimensão que envolve toda a sociedade".

"Se houver a abertura de capital, quem vai mandar na empresa serão os acionistas. A Caixa não pertence ao mercado, mas ao povo brasileiro", ressalta Cordeiro. "Queremos que a Caixa sirva à sociedade e não se sirva da sociedade".

Para o presidente da Contraf-CUT, o Dia Nacional de Luta fechou positivamente uma semana de intensas atividades que o movimento sindical e associativo promoveu em todo o país.

Na quarta-feira (25), a Contraf-CUT, a Fenae e a deputada federal Erika Kokay (PT-DF) realizaram um ato em defesa do banco na Câmara, com a participação de centrais sindicais e parlamentares. Foi criado um comitê em defesa da manutenção da Caixa 100% pública.

A ideia é unificar e fortalecer as ações contra a proposta de abertura de capital do banco. Para Jair Pedro Ferreira, presidente da Fenae, "é uma luta coletiva. Precisamos ter determinação, e esse comitê será fundamental para a vitória".

Para Erika Kokay, que participou nesta sexta-feira de manifestação em Brasília, não há justificativas para que se abra o capital do banco. "Isso significa arrancar a Caixa do povo brasileiro e fazer com que o banco deixe de cumprir a função social para a qual ela foi criada, além de interferir no crescimento vertiginoso do banco no mercado financeiro. É tentar fazer com que a Caixa seja igual aos outros bancos", afirmou.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

03/03/2015 - Agência Brasil

Pesquisa indica que emprego formal melhorou a vida de moradores de favelas

O emprego formal é o principal indicador da melhoria de condições de vida dos moradores de favelas nos últimos anos, conforme pesquisa do Data Favela, realizada com apoio do Data Popular e da Central Única das Favelas (Cufa).

Divulgados hoje (3), os dados mostram que 53% dessas pessoas têm emprego com carteira assinada. Os números indicam que 18% trabalham como autônomos, 17% atuam na informalidade e 7% são empregadores.

Em todo o Brasil, 12,3 milhões de pessoas vivem em favelas, criando um mercado que movimenta R$ 68,6 bilhões por ano. Nos estados do Amazonas, Pará, Rio de Janeiro e de Pernambuco, o número de moradores nesse tipo de comunidade ultrapassa 10% da população total.

"Se existisse um estado da Federação chamado Favela Brasileira, seria o quinto maior do país. Temos mais favelados do que gaúchos no Brasil", comparou o presidente do Data Popular, Renato Meirelles.

O Programa Bolsa Família tem papel importante na complementação de renda das famílias que vivem em favelas. Um em cada quatro lares tem pelo menos um morador que recebe o benefício. O índice chega a 58% em Fortaleza, 40% em Recife e 32% em Belém.

A ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, defendeu o trabalho do governo na geração de empregos que garantiram ganhos sociais nos últimos anos.

"Parece que a geração de mais de 20 milhões de empregos formais nos últimos 12 anos ocorreu naturalmente, mas não ocorreu", ressaltou a ministra após a apresentação dos dados. "A questão da empregabilidade é um esforço do governo brasileiro", acrescentou.

Sobre as expectativas e desejos dos moradores de favela, o estudo indicou que 3,8 milhões querem ter um negócio próprio. Destes, 51% são mulheres e 87% disseram que já tomaram alguma iniciativa para viabilizar o projeto nos últimos 12 meses.

Entre os entrevistados, 29% têm entre 25 e 24 anos, 17% entre 19 e 24 e 28% entre 35 e 49. "São brasileiros que não se conformam mais em receber um salário mínimo ou um salário mínimo e meio. Eles sabem que, para transformar o sonho em realidade, precisarão crescer, ganhar mais e ser donos do próprio negócio", explicou Renato Meirelles.

De acordo com o presidente do Data Popular, 63% dos potenciais empreendedores querem montar o negócio na própria comunidade e 19% em bairro próximo. Para o presidente do Sebrae, Luiz Barreto, a opção está ligada às dificuldades de mobilidade nas grandes cidades e ao perfil dos futuros empresários, entre os quais muitas mulheres.

"É muito difícil para elas continuar com todas as tarefas domésticas e ter disponibilidade para um emprego formal a duas ou três horas da moradia", destacou Barreto.

Não ter chefe é a principal vantagem para 29% dos que querem empreender. Para 22%, a melhor coisa de um negócio próprio é ter uma fonte de renda, enquanto 20% querem ganhar mais, 11% fazer o que gostam e 8% pensam em liberdade de horário.